

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 1996, NO 14º. ANDAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336 - BELO HORIZONTE.

Aos dez dias do mês de Outubro de mil, novecentos e noventa e seis, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:00 horas, o Presidente do Conselho e Secretário Municipal de Saúde, Dr. César Rodrigues Campos, abriu a reunião e passou a coordenação dos trabalhos ao 1º Secretário, conselheiro João Athaide Tôres Valadares, que informa sobre a ausência da Secretária Geral, Carminha Bomtempo, devido a férias regulamentares e anuncia a seguinte pauta: 1 - Votação da proposta de ata da reunião realizada no dia 12/09/96; 2 - Informes; 3 - Discussão sobre a Norma Operacional Básica (NOB/96); 4 - Discussão com a diretoria do Hospital Júlia Kubitschek sobre denúncias do SIN-SAÚDE; 5 - Encaminhamento das deliberações da V Conferência: discussão inicial sobre o item II do Controle Social - eleição direta de gerentes das unidades de saúde. A seguir, tendo em vista o fato de não haver completado o quórum regimental, o 1º Secretário propõe alterar a pauta iniciando pelos informes, o que é aceito pelo plenário. O 1º Secretário João Athaide, informa sobre a presença do Dr. Rafael Donato, representante do escritório regional do Ministério da Saúde. Lê convite de casamento da conselheira Heloísa a se realizar dia 11/10/96. O conselheiro Jader, coordenador da Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação, informa sobre as atividades da C.T. e coloca que o repasse do Tesouro Municipal para o Fundo Municipal de Saúde, deveria ser no valor mensal de R\$ 2.908.000,00 e de maio a setembro são cinco meses tendo sido repassados apenas os valores correspondentes a três meses. Cobra que a mesa diretora veja o que pode ser feito e sugere que seja realizada imediatamente uma reunião da mesa diretora com o Prefeito, que deverá contar com um representante da Câmara Técnica. Informa que a Secretaria apresentou a prestação de contas do segundo trimestre e está preparada para apresentá-la em plenário, o que deverá ser discutido pela mesa diretora que pauta as reuniões do Conselho. Adianta, entretanto, que a Câmara Técnica decidiu não aprovar as contas, considerando que neste trimestre já havia o repasse do Tesouro para o FMS, mas existem pendências

neste repasse. A conselheira Maria Josefina, passa informe sobre o Jornal dos Conselhos e anuncia que o coordenador da Comissão Local de Saúde do bairro Ouro Preto, Sr. Raimundo, fará a leitura de um abaixo-assinado. O documento é da comunidade dos bairros Ouro Preto, Jardim Alvorada, Engenho Nogueira e Manacá e relata dificuldades para marcar consultas nas especialidades de oftalmologia, neurologia e ortopedia. Reivindicam a distribuição de vagas para estas especialidades e colocam que o acesso à Central de Marcação é marcado para as 12:00 horas e às 12:45 horas, não se consegue mais marcar. O senhor Evaristo Garcia, sugere que seja implementada proposta feita no Conselho para procurar a Câmara dos Vereadores na tentativa de melhorar o relacionamento com o legislativo municipal. Fala do centro de saúde Alto Vera Cruz que está em péssimas condições, diz que existem recursos para uma policlínica a ser instalada na região e pede informações sobre isso. Comenta a decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou a constitucionalidade da CPMF (Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira). Dr. César Campos, informa que em reunião com o Secretário Municipal de Planejamento, Maurício Borges, foi colocada a situação criada pela irregularidade dos repasses, a partir do dia 20/10/96, quando seriam completados três meses de atraso e ele ficou de conversar com a Secretaria da Fazenda e dar retorno sobre o andamento da questão. Outra providência que anuncia é a marcação de uma audiência com o Prefeito, proposta também no Conselho e que poderá ser conjunta. A perspectiva é de que essa audiência seja na próxima semana. Sobre o abaixo-assinado, informa que as três especialidades citadas são os grandes problemas enfrentados para marcação de consultas, em toda a cidade, já que não houve adesão dos especialistas, mesmo com a tabela diferenciada aprovada pelo Conselho. Diz que no concurso houve tentativa de contratação de cem especialistas e esta providência está em curso, porém, nessa área existem dificuldades de conseguir profissionais. Compromete-se a verificar o que poderá ser feito enviando resposta escrita à comunidade que assinou o documento, mantendo o Conselho informado sobre os encaminhamentos dados. O conselheiro Antônio Gomes, passa informe sobre notícia publicada no Jornal Diário da Tarde, segundo a qual, o presidente da Associação dos Hospitais proporá o desligamento de todos os hospitais privados do SUS, passando a fazer parceria com as empresas para atendimento aos empregados. Comenta que caso isso ocorra volta-se ao tempo anterior ao SUS, quando só recebia assistência quem tinha carteira assinada. A

diretora do Distrito Sanitário Norte, Maria de Lourdes, solicita que a mesa diretora do Conselho faça gestão quanto à Secretaria de Estado da Saúde para obter informações sobre a conclusão das obras do Pronto Socorro de Venda Nova. Defende que a mobilização seja mantida e que a mesa diretora solicite audiência com o Secretário José Rafael Guerra, da qual participariam também os conselhos distritais do Norte, Pampulha e Venda Nova, para que sejam dadas as informações. Diz que, caso isso não aconteça, a comunidade destas regiões irá fazer uma manifestação na porta do Palácio da Liberdade. A conselheira Inês, informa que a mesa diretora do Conselho Distrital Norte, decidiu solicitar que o Conselho Municipal acompanhe, em forma de documento ou com representantes, uma reunião que discutirá a questão da satisfação popular do PRÓ-SUS. Diz que existem dificuldades para os usuários neste trabalho e é importante a presença de alguém do Conselho Municipal, principalmente se for também usuário. A reunião será realizada no dia 18/10/96, às 19:00 horas. Passa informes também da Comissão Municipal de AIDS, que já está se reunindo estando faltando indicações de representantes de ONGs, setor sindical e FAMOB, o que deverá ser definido na próxima semana. Fala também sobre a falta de alguns medicamentos e solicita em nome da comunidade, que o Conselho discuta especialmente a falta do Mansil. A conselheira Rosalina, lê parecer da Câmara Técnica de Recursos Humanos recomendando que o plenário delibere favoravelmente à solução do problema criado com o rompimento de convênio entre a PRODABEL e a COPAVI (Cooperativa Padre Vicente de Paula Penido Burnier Ltda), que congrega portadores de deficiência auditiva e presta serviços de digitação em vários órgãos da Prefeitura, tendo 64 trabalhadores atuando na área de saúde. Dr. César Campos, informa que o pessoal da COPAVI que atua na área de saúde são os melhores na atividade que exercem e sua saída seria um prejuízo para a população além do problema de gerar desemprego e vêm sendo estudadas junto à Procuradoria as possibilidades de resolver a questão já que o convênio com a PRODABEL não poderá ser mantido. Assegura que a solução está encaminhada e a questão será resolvida, mas considera importante que o plenário aprove o parecer da Câmara Técnica, porque o mesmo reforça a posição já tomada pela Secretaria de manter o pessoal. O Primeiro Secretário, consulta o plenário sobre a proposta, sendo o parecer da C.T.R.H. aprovado por consenso. A seguir, o conselheiro Fausto Isac, coordenador da Câmara Técnica de Comunicação propõe que sejam padronizadas as placas que

indicam que os hospitais prestam serviços ao SUS, considerando que em vários hospitais ainda consta a informação de que o atendimento é pelo INAMPS, o que confunde a população. Dr. César, esclarece que já existe a placa padronizada e solicita que seja encaminhado o nome dos hospitais que não a estão utilizando para que a Secretaria possa agir. Citado o hospital Santa Rita, esclarece que este hospital está situado no município de Contagem, não estando sob gestão da Secretaria Municipal. Dr. César, solicita à médica Gilvania, do setor de vigilância epidemiológica da Secretaria, que dê esclarecimentos sobre os casos de meningite que ocorreram nos últimos dias na cidade. Dra. Gilvania, presta informações esclarecendo sobre o controle que vem sendo feito e sobre a própria meningite nas várias formas como a doença se apresenta. Explica que os casos ocorridos estão dentro do normal esperado neste período do ano e o que causou pânico foi o fato de terem ocorrido dois casos na mesma escola, mas foram casos isolados e diferentes entre si, um aluno teve meningite na forma mais grave vindo a falecer e o outro aluno, na forma mais benigna estando em franca recuperação. Diz que a Secretaria vem acompanhando caso a caso e tomando todas as providências que se fizerem necessárias. Vicencina, do quadro técnico da Secretaria, fala sobre o Mansil e esclarece que a distribuição deste medicamento aos municípios é feita pelo Ministério da Saúde através da FUNASA (Fundação Nacional de Saúde), que não estava tendo o medicamento. Informa que o medicamento já chegou, a Secretaria se encarregou de mandar buscar na FUNASA e deverá distribuir aos postos na próxima semana. A conselheira Inês, pede informações sobre o encaminhamento do anteprojeto que altera a lei de criação do Conselho Municipal de Saúde e propõe que esse assunto seja incluído na pauta da audiência do Conselho com o Prefeito. A conselheira Warlene, coordenadora da Câmara Técnica de Recursos Humanos, passa informes das atividades da C.T. e convoca os conselheiros a integrá-la. João Atháide, fala da proposta de reunir os usuários que participam nos comitês de gestão do PRÓ-SUS. O conselheiro Ivan, convida os conselheiros para a inauguração do Hospital Odilon Behrens que foi reformado e será reaberto no dia 29 ou 30/10/96. Informa ainda, que o Pronto Socorro do Hospital das Clínicas continuará funcionando normalmente após a reabertura do HOB. O Secretário municipal adjunto, Fausto Pereira dos Santos, informa que 129 trabalhadores de saúde municipalizados aderiram ao PDV (Programa de Desligamento Voluntário) do governo estadual, destes 38 são médicos

e 37 são auxiliares de enfermagem. Acrescenta que estes 129 profissionais que saíram com o PDV representam uma perda para município e o rompimento unilateral do convênio SUS em Belo Horizonte. O conselheiro Paulo César, passa informe sobre o ato realizado no dia 20 de Setembro em defesa do financiamento definitivo para o SUS e várias atividades programadas para os próximos dias, estando previstas audiências com autoridades em Brasília e a realização de um novo ato. O senhor Evaristo Garcia, informa sobre as prioridades de Belo Horizonte, entregues à Comissão de Orçamento do Congresso Nacional que esteve na cidade e passa à mesa cópia do documento para ser reproduzida para os conselheiros. O 1º Secretário, informa sobre a proposta de debate entre os candidatos que disputarão o 2º turno das eleições municipais, cujos convites já foram encaminhados estando a confirmação na dependência da data. O assessor do gabinete, Nilo, propõe que seja tirada uma comissão para regulamentar o debate e se reunir com os assessores dos candidatos. A comissão ficou composta por Geraldo Magno, Fausto Pereira, Paulo César, Nilo, Jader e a mesa diretora. A seguir, o 1º Secretário coloca em votação a proposta de ata da reunião realizada no dia 12 de Setembro e pergunta ao plenário sobre se há alguma proposta escrita de retificação. Dr. César Campos, apresenta proposta de acrescentar à página 6, urgência/emergência, onde se lê “quanto mais leitos são disponibilizados, mais aumenta a demanda” e à página 8, onde se lê “impetrar uma ação”, acrescentar: ação ordinária. No ponto seguinte da pauta: discussão sobre a Norma Operacional Básica (NOB/96), João Athaíde, apresenta proposta da mesa diretora, de formação de uma Comissão para discutir e levantar propostas. Nilo, fala que pelo prazo de 60 dias, votado pela 10ª Conferência, terá que ser realizada uma reunião extraordinária para aprovação das propostas discutidas pela Comissão. A conselheira Inês, propõe que esta Comissão seja dividida e cada grupo discuta um item da NOB. A conselheira Rosalina, propõe que esta comissão, juntamente com os delegados, à 10ª conferência discuta e elabore propostas para o relatório final. A comissão ficou composta por, Carmem Lúcia, Nilo, Inês, Jader, Paulo César, João Athaíde, Rosalina, Simone e Débora. Consultado o plenário sobre as propostas e não havendo posição contrária, foram aprovadas por consenso. No próximo ponto da pauta: Discussão com a diretoria do Hospital Júlia Kubistchek, João Athaíde, informa que a diretoria do HJK, solicitou que fosse suspensa a discussão. Fátima Regina, complementa, informando que houve a discussão no Conselho Distrital Barreiro e decidido que seria feita uma

reunião entre a diretoria do hospital e o SIND-SAÚDE, para fechar um acordo que mediante a retratação das acusações feitas o diretor do Sindicato, Valdisnei, seria reintegrado. A seguir, no último ponto da pauta: Eleição direta de gerentes das unidades de saúde, a conselheira Warlene, Coordenadora da Câmara Técnica de Recursos Humanos, fala que a mesa diretora encaminhou à C.T. documento solicitando que trouxesse subsídios para o plenário e a C.T. decidiu que a melhor forma de subsidiar a discussão seria iniciar fazendo uma exposição sobre a atual situação do processo de indicação dos gerentes e propor uma Comissão do Conselho que encaminhe a discussão. A seguir, Warlene, faz a leitura da deliberação da V Conferência Municipal de Saúde sobre o assunto, incluída no relatório final no item II de Controle Social e faz considerações sobre vários pontos da deliberação. Faz um relato do processo de seleção dos gerentes, desde a criação da gerência em 1987, feita através de concurso. Após a criação dos distritos sanitários em 1989, houve modificação no processo e os gerentes passaram a ser nomeados como chefes de seção, com direito de optar pelo salário de 8 horas diárias. Houve uma mobilização dos gerentes que iniciaram uma luta pela criação por lei, da função gratificada de gerente de unidade de saúde, o que ocorreu em novembro/94. A partir daí foram feitas seleções não uniformes nos distritos, obedecendo a critérios técnicos estabelecidos no próprio distrito. Os gerentes são remunerados com o salário da categoria profissional a que pertence e recebem a gratificação de R\$ 1.045,00 da função gerencial de unidade básica. Fala que com o aumento diferenciado concedido, os médicos que em novembro alcançarão o piso em torno de R\$ 1.300,00, passarão a receber mais se exercerem apenas a atividade médica por 4 horas do que no exercício da função de gerente, o que significa que deixa de compensar para o médico assumir esta função. Diz que está sendo difícil encontrar pessoas para assumir a gerência de unidade de saúde e cita exemplos de Centros de Saúde na Pampulha. Informa sobre GERUS, curso de capacitação para a atividade gerencial, concluído recentemente pelos gerentes e que deve ser levado em consideração no momento em que forem estabelecidos os critérios para a eleição e os pré-requisitos que serão exigidos. Reitera a proposta de uma Comissão que junto com a Câmara Técnica, encaminhe essa discussão e fala de proposta no sentido de que a Comissão seja composta por dois ou três representantes de cada segmento do Conselho. Terminada a exposição, Nilo, fala que a idéia é em cada reunião o Conselho discutir um tema deliberado na Conferência

para que as deliberações sejam encaminhadas. João Athaíde, diz que é fundamental que esteja garantido o funcionamento das Comissões Locais de Saúde e fala da importância dos usuários neste processo de eleição. Esclarece que a Comissão vai discutir os critérios que irão balizar o processo eleitoral que está apenas sendo desencadeado a partir dessa reunião. A conselheira Laraene, fala das eleições de diretoras de escola, comparando o processo no estado e na prefeitura, que considera mais democrático porque não exige a seleção prévia que ocorre no estado, permitindo que qualquer trabalhador em educação que seja professor, orientador ou supervisor educacional, possa se candidatar. O conselheiro Ivan, fala de sua preocupação considerando o amplo leque de usuários dos serviços de saúde, o que os diferencia do eleitorado da educação. Fala que corre-se o risco de reforçar certas aspirações corporativas frequentemente perniciosas, caso não se consiga equacionar a questão de ter o peso dos usuários nessa decisão. Considera que tem que haver habilitações prévias não estando qualquer técnico de nível superior habilitado para assumir a função de gerente, sob risco de estar-se praticando um certo democratismo, acabando por eleger o que seja mais bonzinho, mas não tenha um efetivo posicionamento no funcionamento das unidades. Declara-se favorável a eleição, mas entende que se estas questões não forem equacionadas haverá o risco de retroceder ao invés de avançar. O 1º Secretário, propõe que a CUT (Central Única dos Trabalhadores) indique um representante para integrar a Comissão que irá trabalhar junto com a C.T.R.H. A Comissão ficou composta por, Fausto Izac, Roberto Santos, Wellington José de Assis, Maria Josefina, Luiz Moraes e Antônio Gomes. João Athaíde, levanta a questão da paridade dentro da Comissão conforme fora proposto. A diretora do Distrito Sanitário Norte, Maria de Lourdes, questiona a necessidade de paridade, considerando que tem que haver paridade é no momento de votar e nesse momento o importante é que na Comissão estejam pessoas dispostas a levar a discussão sem necessariamente ser paritária já que ela não terá caráter deliberativo. O 1º Secretário, considerou pertinente a questão e pergunta à conselheira Warlene se concorda com a proposta de não ser obrigatória a paridade. Defende que as comissões locais sejam ouvidas pela CTRH e Comissão. A conselheira Simone, propõe que a discussão seja remetida aos distritos sanitários para que encaminhe o levantamento de critérios e promova amplo debate retornando ao Conselho Municipal para um fechamento com subsídios vindos dos distritos. O conselheiro Antônio Gomes, fala que, no seu



entendimento, esse processo de discussão nos distritos será muito difícil e defende que estes critérios sejam levantados na Comissão e C.T. e só depois seja feita a discussão com as comissões locais. Geralda Margarida, defende que a discussão seja remetida para os distritos e só depois de retornado ao Conselho o resultado do que for discutido nos distritos seja formada uma comissão que encaminhará o processo eleitoral, já com as definições dos critérios vindos dos distritos. Dr. César, faz uma proposta de que sejam feitas as duas coisas. A Comissão se reúna com a Câmara Técnica e faça o encaminhamento da questão para os Conselhos Distritais, ampliando a discussão. João Athaíde, defende essa proposta de consenso apresentada pelo Secretário e pergunta a Geralda Margarida se concorda. Havendo a concordância, faz novamente a leitura dos nomes propostos para a Comissão, ficando a Secretaria de indicar dois técnicos para integrá-la. A proposta de Comissão é aprovada por consenso do plenário. A seguir, João Athaíde anuncia a presença do ex-conselheiro Paulão, eleito vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte ao qual passa a palavra. Paulão faz breve saudação ao plenário, agradecendo aos que contribuíram para sua eleição e coloca-se à disposição do Conselho, reafirmando seu compromisso com a continuidade da luta pela saúde no seu mandato. Nada mais havendo a tratar, às 18:10 horas, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pelo 1º Secretário.

Belo Horizonte, 10 de Outubro de 1996.

RFF/vld